

## Política



**VAZAMENTO DE DADOS**  
**PF prende hacker por ataque a órgãos**  
 Suspeito seria responsável por vazamento de 223 milhões de brasileiros



## EMBATE NA REDE

# EFEITOS DISTINTOS

## Após ataques de Musk, Câmara adia regulação de plataformas, que deve ir à pauta do STF

DANIEL GULLINO, LAURIBERTO POMPEU, PAOLA SERRA E ALICE CRATO  
 JORNALISMO DE INVESTIGACÃO

Depois de o empresário Elon Musk, dono do X (antigo Twitter), ter renovado as críticas ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, a Câmara e a Corte caminharão em sentidos distintos ontem. Enquanto o projeto que regula as redes sociais deu um passo atrás no Congresso, o ministro Dias Toffoli afirmou que uma ação que discute a responsabilidade das plataformas pelos conteúdos publicados deve ser liberada para julgamento em plenário até junho.

Musk retomou a carga na madrugada de ontem. Ele chamou Moraes de "ditador brutal", afirmou que o ministro tem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva "na coleira" e fez novamente a ameaça de retirar funcionários do Brasil e encerrar as operações. O chefe do Executivo, por sua vez, criticou indiretamente o empresário ao dizer que tem "bilionário fazendo fogueira que vai ter que aprender a viver aqui".

A manutenção da postura de Musk de enfrentamento ao Judiciário gerou reações em direções diversas. Na Câmara, há o entendimento de que o ambiente conflituoso não favorece o andamento do PL das Redes Sociais, que prevê, entre outros pontos, a responsabilização das plataformas pela veiculação de conteúdos ilegais e a fiscalização para evitar que posts com, por exemplo, discurso de ódio sejam disseminados.

## PÉ NO FREIO

Neste contexto, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), decidiu criar um novo grupo de trabalho para debater o tema. Um núcleo do mesmo tipo já havia funcionado em 2021. Segundo Lira, é o cenário "mais hábil" para o assunto avançar. O projeto foi aprovado no Senado em 2020, mas tem idas e vindas na Câmara, com as prováveis mudanças, terá que passar por uma nova análise dos senadores caso seja aprovado pelos deputados.

—O grupo deve funcionar por 30 ou 40 dias, para chegar a um texto mais maduro no



Mudança. Com ambiente conflituoso, Lira decidiu criar novo grupo de trabalho para debater regulação das redes e adiar votação de projeto sobre o tema



De volta à carga. Dono do X, Elon Musk chamou Moraes de "ditador brutal" e afirmou que o ministro tem Lula "na coleira"

## AS FRENTE PARA NOVAS REGRAS

## Julgamento no STF

Ação que discute o Marco Civil da Internet e se há responsabilidade das plataformas por conteúdos publicados deve ser liberada para julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) em plenário até junho.

## Mudança no Código Civil

O tema pode ser pautado pela reforma do Código Civil, no Senado. A comissão de juristas apresentou um texto que prevê, entre

outros pontos, que as plataformas identifiquem "riscos sistêmicos" da "difusão de conteúdos ilícitos por meio de seus serviços" e sua eventual responsabilização por danos causados por descumprimentos sistêmicos da legislação.

## Resolução do TSE

As regras já aprovadas para as eleições de 2024 permitem responsabilizar as big techs quando não houver remoção imediata de conteúdos e contas em casos de risco, como atos antidemocráticos

tipificados e discurso de ódio.

## Projeto de lei no Congresso

A discussão sobre uma proposta que regula as plataformas será retomada na Câmara dos Deputados, mas seu andamento deu um passo atrás. Será criado um novo grupo de trabalho na Casa para debater o tema, formato que já havia sido adotado em 2021 para formular o PL 2630 (das Redes Sociais). A previsão é que um novo texto seja apresentado ao plenário em 30 ou 40 dias.

assunto com ele, mas disse que "quem decide o relator é o presidente".

Em direção diferente, Toffoli afirmou ontem que o processo, sob sua relatoria, que trata do Marco Civil da Internet deve estar pronto para ser julgado no primeiro semestre. A ação discute a responsabilidade das plataformas sobre as publicações.

"Os autos deverão ser encaminhados para julgamento até o final de junho deste ano, encontrando-se, a proposta de voto, ainda pendente de ajustes pontuais", afirmou o goliete de Toffoli, em nota.

Há outra ação sobre o Marco Civil cujo relator é o ministro Luiz Fux. Cabe ao presidente do STF, Luís Roberto Barroso, incluir as ações na pauta de julgamento. Em entrevista ao GLOBO no domingo, ele afirmou que aguardava a posição dos relatores, mas disse considerar "muito possível" que a questão fosse analisada pela Corte.

No ano passado, as duas ações foram liberadas para julgamento e chegaram a ser pautadas. No entanto, foram retiradas em razão do debate sobre o PL das Redes Sociais estar ocorrendo na Câmara. Com a nota de ontem, Toffoli sinaliza ao Congresso que o STF está disposto a discutir o tema, após os parlamentares não terem avançado.

## OUTRAS INICIATIVAS

Há ainda outras frentes sobre regulação das redes. Na proposta em discussão no Senado para a reforma do Código Civil, a comissão de juristas apresentou um texto que prevê que as plataformas identifiquem os "riscos sistêmicos" da "difusão de conteúdos ilícitos por meio de seus serviços" e podem ser responsabilizadas "administrativamente e civilmente" por "danos decorrentes de conteúdos gerados por terceiros quando houver descumprimento sistêmico das obrigações previstas em lei". No Tribunal Superior Eleitoral, uma resolução aprovada em fevereiro determina que as plataformas removam conteúdos eleitorais "sabidamente inverídicos" mesmo sem decisão judicial prévia. O texto também estipula a retirada de conteúdos com ataques à democracia e discursos de ódio.

## Moraes nega pedido de big tech e diz que 'beira a litigância de má-fé'

MARIANA MUNIZ  
 JORNALISMO DE INVESTIGACÃO

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou pedido feito pela X Brasil, filial do antigo Twitter no país, para isentá-la do cumprimento das decisões judiciais determinadas pela Corte. Segundo Moraes, o pedido "beira a litigância

de má-fé", já que foi feito "após anos em que a empresa se submeteu às determinações judiciais", além de ter participado de inúmeras audiências e reuniões perante o Judiciário brasileiro. O ministro também afirmou que a alegação da plataforma "revela certo cinismo".

Em petição à Corte ontem, a rede social informou que não

atua na operacionalização da plataforma. Por isso, afirmou os advogados da empresa, não garantiria o cumprimento de decisões judiciais.

Para Moraes, a empresa busca "uma verdadeira cláusula de imunidade jurisdicional, para a qual não há qualquer previsão na ordem jurídica nacional".

"Não havendo dúvidas da

plena e integral responsabilidade jurídica civil e administrativa da X Brasil Internet Ltda., bem como de seus representantes legais, inclusive no tocante a eventual responsabilidade penal, perante a Justiça brasileira,

leira, indeferido o pedido".

Segundo os advogados, a X Brasil tem "personalidade jurídica própria, autônoma e independente das



Moraes. Ministro negou pedido da X Brasil

Operadoras do X", e que por isso "não possui qualquer relação com a gestão, operacionalização e administração da plataforma". Ainda de acordo com a defesa, a X Brasil não responde pelas ordens de bloqueio, sendo de responsabilidade das representações da plataforma nos Estados Unidos e na Irlanda. A petição foi protocolada após Moraes determinar investigação contra o dono do X, Elon Musk, e estabelecer multa em caso de descumprimento de decisões.